

GABRIEL JOSÉ DE ORLEANS E BRAGANÇA

*Mestre em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo.*

*Professor-Assistente de Direito Comercial na Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo-SP*

*Membro do IBR - Instituto Brasileiro de Estudos de
Recuperação Judicial de Empresas.*

*Advogado Sócio do Escritório de Advocacia Sergio Bermudes,
com atuação marcante no contencioso civil, sobretudo em matérias
relacionadas ao Direito Comercial.*

ADMINISTRADOR JUDICIAL

TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2017
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

GABRIEL JOSÉ DE ORLEANS E BRAGANÇA

Administrador Judicial:

Transparência no processo de Recuperação Judicial

São Paulo: Quartier Latin, 2017.

ISBN 85-7674-906-8

1. Falência e Recuperação de Empresas 2. Administrador Judicial I. Título

Editor

Vinicius Vieira

Diagramação

Anderson dos Santos Pinto

Revisão gramatical

Ronaldo Santos Soares

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone: (11) 3222-2423

Email: quartierlatin@globo.com

1138468

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	9
Apresentação por Sergio Bermudes.....	11
Prefácio por Manoel de Queiroz Pereira Calças.....	13
Prólogo por Ivo Waisberg.....	15
Abreviaturas	17

Introdução, 19

CAPÍTULO 1 Evolução Histórica, 23

1.1. Deveres do Comissário na Extinta Concordata Preventiva	33
1.2. O Administrador Judicial pela Sistemática da lei nº 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005.....	36

CAPÍTULO 2 A Transparência e o Dever de Informação do Administrador Judicial, 53

2.1. Distinção entre Regra, Princípio e Postulado Jurídico	55
2.2. O Princípio da Transparência	60
2.2.1. Distinção entre o Princípio da Transparência e o Princípio da Publicidade.....	66
2.3. Dever de Informar	67
2.3.1. A Informação para o Direito	69
2.3.2. Análise Econômica do Direito.....	72
2.3.3 O Problema da Assimetria Informacional	87
2.3.3.1. Teoria dos Jogos.....	93
2.3.4. O Princípio da Boa-Fé Objetiva e o Dever de Informar	97
2.3.5. O Combate à Assimetria Informacional na Recuperação Judicial.....	102
2.3.6. A Função do Administrador Judicial no Combate à Assimetria Informacional	106

2.3.7. O Dever de Informação do Administrador Judicial pelas Normas da Lei nº 11.101/2005	113
---	-----

CAPÍTULO 3
Deveres Básicos de Fiscalização e Administração
no Processo de Recuperação Judicial, 117

3.1. Dever de Diligência	119
3.2. Dever de Fiscalização do Administrador Judicial	122
3.2.1. Um Paralelo com as Atribuições do Conselho Fiscal na Sociedade Anônima	125
3.2.2. A Transparência no Dever de Fiscalização do Administrador Judicial pelas Normas da Lei nº 11.101/2005.....	132
3.3. O Administrador Judicial e seu Papel na Administração do Processo de Recuperação Judicial	140
3.3.1. A Transparência no Dever de Administração do Processo de Recuperação Judicial pelas Normas da Lei nº 11.101/2005.....	146

Conclusão, 169

Referências Bibliográficas	175
Doutrina	177
Jurisprudência.....	188